

---

# POR UMA CIDADE DEMOCRÁTICA, INTELIGENTE E ALEGRE

Tarso Genro<sup>\*</sup>

O ponto de partida para uma estratégia de governo que contemple uma cidade democrática é sempre um ponto de partida político. Isso significa criar uma nova cultura política na sociedade, para constituir uma democracia dentro do estado de direito. Significa retirar a cidadania do patamar meramente jurídico-formal, para colocá-la como uma expressão política, capaz de direcionar os movimentos do Estado.

O fundamental para o país é criar uma esfera pública não-estatal de indução, de controle, que possa trazer para esta nova cultura política toda a experiência revolucionária que ocorreu no início deste século, compatibilizando tal experiência com conquistas da própria revolução burguesa — como a questão do estado de direito, a garantia dos di-

<sup>\*</sup> Advogado, Prefeito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

---

reitos individuais, o respeito à pluralidade, o direito das pessoas demandarem perante a justiça e terem o direito de se expressar livremente. Portanto, buscamos construir uma perspectiva socialista dentro de uma sociedade que necessariamente é plural, e que deve abrigar e respeitar a pluralidade.

Quais são as reformas econômicas e sociais que podem apontar para esta direção? Na cidade, significa instaurar uma democracia participativa, quebrando efetivamente as fronteiras burocráticas que existem entre o Estado e a Sociedade. Este é o cerne do projeto *Porto Alegre Mais — Cidade Constituinte*, que radicaliza a desprivatização do Estado, abdicando da sua sujeição a grupos e que, ao mesmo tempo, desestatiza a sociedade, porque ela deixa de ser induzida para ser indutora. Inverte a premissa do máximo controle dos cidadãos por parte do Estado, para propor um máximo controle da cidade por parte de seus habitantes.

A procura de um novo modo de fazer política, trazendo os conflitos à luz do dia, de forma aguda, mas civilizada, representa o esforço político-estratégico do nosso governo para mudar as mentalidades e a cidade onde as pessoas vivem e amam.

Através do *Orçamento Participativo*, iniciado no governo Olívio Dutra, a cidade transgrediu a velha cidadania, baseada na influência e no dinheiro, no compadrismo e nos pequenos feudos dentro de Porto Alegre. Um conjunto grande de indivíduos livres, de todos os setores sociais, resolveram dizer que é possível expressar na história aquilo que está no Direito: disputar o poder político, disputar a renda, e conseqüentemente, afirmar a democracia.

É a “livre iniciativa” dos cidadãos corrigindo a livre iniciativa meramente econômica que, quando selvagem, monopoliza a política, concentra poder, marginaliza e exclui a maioria.

Ao mesmo tempo, instauramos na cidade uma estrutura de impostos de maneira progressiva, capaz de fazer do governo do Município um instrumento de distribuição de renda. É o caso do *IPTU progressivo para os grandes va-*

---

*zios urbanos*, onde haja infra-estrutura instalada. Um projeto neste sentido está sendo examinado pela Câmara Municipal, com o objetivo de tornar real a função social da propriedade, prevista na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município. Há na capital 307 grandes áreas vazias, somando um total de 991 hectares, cujos proprietários não ultrapassam o número de cem pessoas físicas ou jurídicas. Enquanto estes terrenos permanecem vazios, configurando uma especulação imobiliária, parcela significativa da população mora em áreas de risco, de ocupação irregular ou em subhabitações. O déficit habitacional em Porto Alegre é de 100 a 120 mil unidades. Nosso projeto ora em exame na Câmara tem o objetivo de provocar a construção de habitações, já que nas áreas consideradas vazios urbanos — de 3000 a 5000 hectares, conforme a Região Fiscal — incidirá IPTU progressivo, com acréscimo de 20% sobre a maior alíquota do Imposto, anualmente. Antes da incidência do IPTU com tais características, os proprietários serão notificados e instados a apresentar projetos habitacionais, dentro de prazos previstos em lei.

No âmbito do Estado, as reformas econômicas e sociais não fogem muito a estas, com apenas um componente diferente: a capacidade de intervenção do Estado tem uma autonomia maior, portanto, os componentes desta reforma podem se tornar mais claros, podem ter uma capacidade de incidência maior nas relações entre as classes sociais, entre os grupos de interesses da sociedade.

No que se refere ao país, há três questões fundamentais capazes de mobilizá-lo no sentido modernizante. O Brasil passa hoje por um processo de *modernização conservadora*, ou seja, meios modernos de gestão e de produção, de controle e de informação, subjugados à mesma elite que controla o país, enquanto este se constitui através de um Estado oligárquico. Assim, conserva os traços essenciais da dominação e apenas moderniza as formas de dominação.

Nossa visão de Estado moderno passa pela reforma radical deste Estado. Isto significa, em primeiro lugar, criar

---

uma *esfera pública não estatal de controle*, ou seja, colocar a cidadania e a sociedade organizada como efetiva controladora do Estado. Em segundo lugar, realizar uma *reforma financeira*, fundamental para desarticular o domínio dos monopólios sobre o Estado que atualmente existe. Em terceiro lugar, implementar uma *reforma agrária*, sem a qual não conseguiremos fazer do país uma sociedade de mercado. É preciso ainda disputar o caráter deste mercado. Esta realização deve se dar dentro da visão de um mercado socialmente regulado, de um mercado que aproveite as forças espontâneas dentro dele mesmo, para colocá-lo na trilha de um processo de distribuição de renda.

Todos os movimentos do governo municipal, na sua dimensão “ótima”, portanto, visam a colocar os recursos públicos a serviço da maioria da população da cidade, pensar o desenvolvimento a longo prazo e orientar a atividade econômica.

Queremos gerar mais empregos, mais serviços, mais trabalho, numa cidade desconcentrada, descentralizada, com ampla vida democrática e rico e variado fazer cultural, além de intensa participação política.

Queremos continuar construindo uma cidade não homogênea, mas múltipla e diversa, com centralidades distintas e personalidades diferentes, que respeite os valores naturais e proporcione à sua população um livre e harmônico acesso a eles. Uma cidade democrática, inteligente e alegre.